

Bruxelas, 14 de outubro de 2015  
(OR. en)

12910/15

**COPEN 267**  
**EUROJUST 176**  
**EJN 85**

**NOTA**

---

de:	Anders Ahnlid, Embaixador, Representação Permanente da Suécia junto da União Europeia
data:	21 de agosto de 2015
para:	Christine Roger, Diretora-geral, Conselho da União Europeia
Assunto:	Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva – Notificação da Suécia

---

Exma. Diretora-Geral,

Em nome do Governo sueco, junto envio os documentos relativos à execução, por parte da Suécia, da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva.

A Suécia pretende completar estas informações com detalhes suplementares fornecidos pelo Procurador Público competente, numa fase posterior.

(Fórmula de cortesia)

(a.) Anders Ahnlid

## **Notificação das medidas nacionais para cumprir as obrigações da Suécia na União Europeia**

---

A Suécia executou a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva (a decisão-quadro).

Nos termos do **artigo 27.º, n.º 2**, da decisão-quadro, os Estados-Membros devem transmitir ao Conselho e à Comissão o texto das disposições que transpõem para o respetivo direito interno as obrigações resultantes da decisão-quadro. A decisão-quadro foi aplicada na Suécia, respetivamente, pela lei e pelo decreto relativos ao reconhecimento e à fiscalização de decisões sobre medidas de controlo no interior da União Europeia e por certas alterações consequentes a outras leis e decretos (ver anexos). A nova lei, o novo decreto e as alterações consequentes associadas entrarão em vigor em 1 de agosto de 2015.

Os documentos oficiais estão atualmente a ser enviados à Comissão através da base de dados para a notificação das medidas nacionais de execução.

Além disso, a Suécia apresenta as seguintes notificações e declarações, em conformidade com a decisão-quadro:

**Notificação nos termos do artigo 6.º, n.º 1**

Nos termos do **artigo 6.º, n.º 1**, da decisão-quadro, o Secretariado-Geral do Conselho é notificado do seguinte:

A Procuradoria-Geral é a autoridade competente, de acordo com a decisão-quadro, quando a Suécia for o Estado de emissão ou o Estado de execução. A Autoridade Sueca para a Criminalidade Económica e os tribunais de direito comum são igualmente autoridades competentes quando a Suécia for o Estado de emissão. A notificação relativa à competência dos tribunais de direito comum diz respeito apenas à competência para tomar decisões sobre medidas de controlo e determinadas decisões conexas.

**Declarações nos termos do artigo 9.º, n.º 4, e do artigo 24.º**

Nos termos do **artigo 9.º, n.º 4**, declara-se que a Suécia pode reconhecer e fiscalizar uma decisão sobre medidas de controlo em relação a um suspeito cuja residência habitual não seja na Suécia, caso este tenha outras ligações estreitas com a Suécia e se for adequado que a decisão seja aí fiscalizada.

Nos termos do **artigo 24.º** da decisão-quadro, indica-se que a Suécia aceita traduções da certidão para sueco, dinamarquês, norueguês ou inglês.

---